



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO DE LEI Nº 011/2026

**CARACTERIZA SITUAÇÃO DE
EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A CONTRATAR
EMERGENCIALMENTE 01 (UM)
SERVIDOR PARA O CARGO DE
MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL –
40 HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

MARCO AURÉLIO NEDEL, Prefeito Municipal de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e que sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar emergencialmente 01 (um) servidor para o cargo de Monitor de Educação Especial de 40 horas semanais, em caráter emergencial e temporário de excepcional interesse público, na forma prevista no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, cujos requisitos e atribuições estão estabelecidos na Lei Municipal nº 1.182/1993 e conforme Lei Municipal N.º 5.046/2025 que cria o respectivo cargo.

Art. 2º - A contratação autorizada no artigo anterior será de natureza administrativa, conforme estabelecido nas Leis n.º 1.181/93 e n.º 2.473/2010.

Parágrafo Único: A vigência da contratação temporária disposta no artigo 1º terá o prazo máximo de 24 (vinte e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

quatro) meses, conforme estabelecido no artigo 243 da Lei Municipal nº 1.181/93, a contar da assinatura do contrato, no entanto, poderá ser rescindido antes do prazo, com comunicado de no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, sem que caiba indenização a qualquer das partes.

Art. 3º – Ao servidor contratado pela presente Lei, será assegurado remuneração mensal equivalente ao padrão 4, do quadro de salários dos servidores Municipais, e demais vantagens previstas na legislação Municipal vigente.

Art. 4º – Para a contratação será utilizado Banco de espera do Edital de abertura N.º 373/2025 homologado pelo Edital N.º 388/2025. Caso o banco de espera não seja suficiente para o preenchimento da vaga, será realizado novo Processo Seletivo Simplificado para essa finalidade.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento em vigor da Secretaria Municipal de Educação, Cultural e Desporto.

Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CRISSIUMAL**, Estado do Rio Grande do Sul, aos 28 dias do mês de janeiro de 2026.

MARCO AURELIO NEDEL
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 011/2026

Senhor Presidente,

Senhores (a) Vereadores (a):

O presente Projeto de Lei submetido à apreciação de Vossas Senhorias tem como objetivo primordial a autorização para a contratação administrativa emergencial de 01 (um) Monitor de Educação Especial, visando garantir a continuidade e a qualidade do atendimento aos alunos que dependem deste suporte essencial na rede municipal de ensino de Crissiumal. A urgência desta medida fundamenta-se na imperiosa necessidade de suprir a vacância temporária deixada pelo afastamento da servidora **Cristiane Izabel Barbosa**, que se encontra licenciada por tempo indeterminado.

É importante frisar que a natureza das atribuições do cargo de Monitor de Educação Especial não permite interrupções, sob pena de grave prejuízo ao desenvolvimento pedagógico e à inclusão dos alunos com deficiência, o que caracteriza o excepcional interesse público exigido pelo Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal. A ausência de um profissional habilitado compromete diretamente o cumprimento do dever constitucional do Município em oferecer educação inclusiva, tornando a contratação imediata uma medida de extrema necessidade para evitar o desamparo dos estudantes assistidos.

No que tange à instrução deste processo, cumpre esclarecer que a Administração Municipal não disponibilizará o atestado médico da referida servidora em anexo a este expediente. Tal restrição justifica-se pelo estrito cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei Federal nº 13.709/2018) e pela proteção constitucional à intimidade e à privacidade da funcionária. Informações relativas à saúde são classificadas como



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

dados pessoais sensíveis, cujo sigilo deve ser preservado pelo ente público. Portanto, a comprovação da necessidade do afastamento repousa na fé pública da administração municipal e nos registros internos de recursos humanos, sendo esta justificativa suficiente para atestar a vacância do posto de trabalho sem violar direitos individuais.

Diante da urgência que o caso requer e da relevância social do serviço de monitoria para a educação especial, contamos com a compreensão e a costumeira celeridade desta Câmara de Vereadores para a aprovação unânime deste projeto.

Crissiumal - RS, 28 de janeiro de 2026.

MARCO AURELIO NEDEL
Prefeito Municipal



Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

1OL**4NX****146****MW2**